

ACOLHIDA E HOSPITALIDADE NA CIDADE: O CASO DO CENTRO PASTORAL DO MIGRANTE EM SÃO PAULO

Maria do Rosário Rolfsen Salles³

Marielys Siqueira Bueno⁴

Sênia Regina Bastos⁵

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a Casa do Migrante, do Centro Pastoral do Migrante, em São Paulo, enquanto espaço de hospitalidade na cidade, a partir da proposta mais ampla do Projeto desenvolvido pelo Grupo Socioantropologia da Hospitalidade, “São Paulo recebe” com o objetivo primordial mapear e entender a constituição de espaços de acolhimento na cidade.

Palavras-chave: Acolhimento, Hospitalidade, Dádiva, Migrantes, Imigrantes.

Abstract: This script aims introduce a reflection about migrant's home, from the Migrant pastoral center, in São Paulo, as hospitality space in the city, from the big proposal of the project developed by the Socio-anthropology group of hospitality,

³ Professora titular do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo. Brasil. Investigadora responsável pelo projeto “São Paulo recebe”

⁴ Professora titular do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo. Brasil. Investigadora do projeto “São Paulo recebe”.

⁵ Professora titular do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo. Brasil. Investigadora do projeto “São Paulo recebe”.

“received São Paulo” with the primary object map and understanding the constitution of welcome spaces in the city.

Keywords: Welcome, Hospitality, Gift, Migrants, Immigrants

Introdução

A hipótese básica que norteia esta reflexão é de que existem, na dinâmica de uma cidade recetora de imigrantes, mesmo as do porte de São Paulo, espaços que estamos denominando de “espaços ou lugares de hospitalidade” (Baptista, 2008), em sentido amplo, ou seja, espaços, instituições, associações, que, organizadas no vácuo deixado pelo poder público, sedimentam as primeiras experiências imigratórias da população imigrante no país recetor. Outra hipótese decorrente é de que, com a permanência desses fluxos formam-se redes informais no interior das comunidades (recepção, apoio, ajuda mútua, encaminhamento para um nicho ocupacional etc.) organizadas por aqueles que chegaram inicialmente e que, de certa forma, estimulam a vinda de compatriotas (Baganha & Góis, 1999).

Tendo estes pressupostos em referência, o presente texto refere-se a um estudo sobre a Casa do Migrante localizada no prédio anexo à Igreja Nossa Senhora da Paz, no Bairro do Glicério, região central de São Paulo, tendo por base entrevistas com os responsáveis pela Pastoral, funcionários da Casa e editores da Revista Travessia⁶.

A Pastoral como lugar de acolhimento

A fixação de um grupo de emigrantes da mesma localidade numa determinada região geográfica, em país estrangeiro, tende a atrair para o mesmo sítio os seus conterrâneos [...]. Para além dos laços individuais e directos de ligação que tantas vezes se estabelecem ao nível das relações familiares, existem laços de relações locais – laços de convívio e de vizinhança – cuja rede enlaça e prende todos os elementos de um grupo,

⁶ A *Revista Travessia* circula desde maio de 1988, publica resultados de pesquisas e reflexões sobre migrantes internos e imigrantes.

reforçando os próprios laços de parentesco que já existiam (Rocha-Trindade, 1976: 984).

Quanto mais antiga no país, a organização em rede (por motivação social, económica, cultural e outras) apresenta estreita associação do grupo à diversificação das atividades de trabalho, de cultura e de formas de vida na sociedade de acolhimento. Destaque-se que a ação da Pastoral é anterior ao momento de constituição de redes, e ocorre no primeiro contato do imigrante com a cidade, quando ainda não se sedimentaram como comunidades expressivas dentro do espaço urbano.

A ação da Pastoral tem origem na obra assistencial dirigida aos imigrantes italianos, desenvolvida no período da imigração de massa para o Brasil, das últimas décadas do século XIX às primeiras do século XX, cujo marco foi a criação, por Dom Giovanni Baptist Scalabrini, Bispo de Piacenza, Itália, da Congregação dos Missionários de São Carlos, em 1887. A vertente feminina, a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos, foi instituída posteriormente, em 1895.

A missão da Pastoral não se reduz à ação evangelizadora e abrange a assistência e a proteção ao imigrante⁷. Sua trajetória inicial em São Paulo acompanha o trabalho da missão scalabriniana com ênfase na imigração italiana. Destaque-se, no entanto que as ações diferiam segundo os diferentes momentos da imigração italiana, que apresenta períodos de retração e de crescimento. Um desses momentos de expansão ocorre no Pós Segunda Guerra Mundial, quando voltam a entrar imigrantes italianos em quantidade superior ao entre-guerras. A partir dos anos 60, no entanto, as ações antes reservadas aos italianos abrem-se para novas levas que começam a chegar à cidade, coreanos, chineses e latino-americanos e, em 1969 é criado o Centro de Estudos Migratórios (CEM).

Com o incremento do ingresso de imigrantes amplia-se o Centro de Acolhimento, que passa a se chamar Associação de Voluntários para a Integração do Migrante (AVIM) em 1974. Chegam à cidade, nas décadas mais recentes, imigrantes oriundos do *Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia*, seguindo-se os migrantes internos de todas as regiões do país e, atualmente, refugiados políticos dos países africanos.

⁷ Destaque-se que as igrejas coreanas na cidade de São Paulo, localizadas no Bairro do Bom Retiro, também cumpriram esse papel a partir da década de 1970, visto que forneciam hospedagem, alimentação, auxílio financeiro, regularização de documentos e o ensino do idioma português aos imigrantes recém chegados da Coreia (IPHAN, 2009).

Acolhida, Hospitalidade e Dádiva

Transformações políticas e económicas contribuíram para o crescimento e a diversificação dos deslocamentos, migrações e êxodos de maneira que a hospitalidade em relação ao estrangeiro, especialmente aos trabalhadores imigrantes, sofre uma crescente pressão.

Gotman (1997) diz que a lei da hospitalidade, em virtude da qual o estrangeiro podia contar com o acolhimento, foi primeiramente formulada como uma lei religiosa, um dever sagrado, e que dessa lei religiosa de hospitalidade subsiste hoje uma tradição, ao mesmo tempo transformada e ativa em matéria de acolhimento, principalmente das populações migrantes. Mas, diz ela, se o dever da hospitalidade figura nos textos religiosos ele se encontra, também, na história profana e no direito natural – é uma forma de humanismo.

Para Raffestin (1997) a hospitalidade, ao articular mobilidade, imobilidade e sedentarismo é um “elemento sintáctico da vida social”. Evidentemente, esse fundamento transportado para o mundo contemporâneo, remete à reflexão sobre todas as formas possíveis de relações de hospitalidade e trocas que se desenvolvem no seio das sociedades do mundo moderno, levando-se em consideração todos os condicionamentos e constrangimentos impostos pelo modo de produção capitalista e pela globalização.

Ao se considerar que a hospitalidade “deve ser entendida no seu sentido mais amplo de qualificar as relações sociais entre uma comunidade estabelecida e os ‘estrangeiros’ (ao lugar) que virão visitá-la ou simplesmente descansar” (Gotman, 2008:115), estamos frente a questões que, de diferentes maneiras, se colocam no quotidiano das cidades contemporâneas de modo particularmente agudo.

Godbout (1997:16) ao definir hospitalidade como o “dom do espaço” aponta justamente para a relevância em associar a essência da hospitalidade enquanto dimensão da dádiva – alicerce da sociabilidade. A dádiva como mediadora das relações estabelecendo a ponte entre o ‘eu’ e o ‘outro’.

Assim, os estudos da hospitalidade como manifestação ou parte integrante da dádiva (conceito teórico elaborado por Marcel Mauss, publicado no *Essai sur le Don*, de 1924) vão constituir as bases para a compreensão das relações que se estabelecem entre os “protagonistas da hospitalidade”.

Caillé (2002:192) define a dádiva como “qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação da dádiva, o vínculo é mais importante que o bem”.

Assim, diz ele, sendo o vínculo mais importante que o valor de uso e de troca ele comporta uma dimensão de gratuidade. Aponta ainda que o paradigma da dádiva dá a esse tipo de ação e prestação uma importância “positiva e normativa, sociológica, econômica, ética, política e filosófica (Caillé, 2002:192)”.

No entanto, em outra publicação, Caillé (2006:30) afirma que essa definição é restritiva e excessivamente finalista porque deixa de fora do campo da dádiva todo um conjunto de ações que entretêm um registro com a generosidade.

Nesse caso, o essencial da dádiva não é a intenção de alimentar ou criar a relação social, mas o fato de oferecer sem esperar retorno pela doação inicial. Caillé (2006) esclarece que não esperar o retorno não significa ausência de expectativa. No entanto com a dádiva se expõe à possibilidade de um retorno de prazo desconhecido ou nenhum retorno ou ainda um retorno que difere do que foi oferecido. Dessa forma, o “dom existe enquanto for aceita a possibilidade de uma falha na reciprocidade, e que esta relação constitui, sem margem de dúvida, o símbolo da generosidade e do desinteressamento (Caillé, 2006:31)”.

Aqui seria o espaço das associações, do voluntariado etc. que no dizer de Ruth Cardoso (1997) engloba múltiplas experiências de trabalho nos quais os cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação do tempo, trabalho e talento para causas sociais.

Diante dos problemas causados pela modernidade, Caillé (2004:17) afirma que para um crescente número de pensadores e analistas “a única esperança aberta à renovação passa pela edificação de uma sociedade civil internacional, da qual as associações, as ONGs e as experiências de economia solidária representam os suportes”.

São movimentos alicerçados na mobilização de pessoas, de recursos que, baseados numa motivação solidária, atuam espontaneamente nas dimensões sociais e parecem configurar uma nova referência de relações sociais.

“A humanidade que, até recentemente temia e, muitas vezes menosprezava o vínculo social, está prestes, atualmente a mundializá-lo” (Godbout, 2002:67). Com o Estado enfraquecido, incapaz de cumprir plenamente seu papel nas políticas públicas e o Mercado que, devido a sua própria essência, não cria, por sua vez, condições

satisfatórias para uma sociabilidade, a saída estaria, no dizer de Caillé (2004:18) “somente em se mundializando e em se encarnando numa proliferação de associações e de redes originárias de todos os países do mundo em que a esperança democrática é suscetível de encontrar vigor e pertinência”.

Caillé (2004) aponta, também, que se denominarmos associação somente o chamado ‘terceiro setor’ o mundo associativo, embora apresente uma certa importância, ocupará apenas um espaço marginal frente à potência das empresas mercantis. No entanto, se adotarmos um olhar menos restritivo e designarmos por associação a “união voluntária de diversos tipos de recursos para fins comuns, então o número de instituições sociais que abrange o seu campo se torna quase infinito” (Caillé, 2004:19).

Caillé (2006:32) também nos mostra que:

Os Tempos Modernos se iniciam pela decisão de cindir absolutamente e sem esperança de retorno aquilo que as sociedades antigas se esforçaram para manter unido, o sagrado e o profano, os deuses e os homens, o político e o econômico, o esplendor e o cálculo, a amizade e a guerra, o dom e o interesse.

O resultado dessa cisão simbólica foi condenar o homem ao dever a dois tipos de exigência – a de serem eficazes, ativos e racionais, de fazerem dinheiro e de acumularem, ou seja, a de serem calculadores racionais buscando apenas maximizar sua vantagem pessoal e, por outro lado, devendo obedecer a uma lei moral do altruísmo, ou seja, na sociedade moderna os homens devem seguir uma proposição normativa que dispõe como ato desejável “todo ato ou toda regra que concorra à maximização da felicidade da maioria” (Caillé, 2004:33).

Quando aborda o dom como um terceiro paradigma (Caillé, 2006) afirma que em todos os quadrantes da terra o setor terciário, o voluntariado e o engajamento associativo desenvolvem-se de maneira ‘espetacular’. É justamente no seio desse movimento em que atuam no registro da dívida que focalizamos a Pastoral do Migrante de São Paulo.

Movimentação populacional: Os imigrantes

Dentre as mudanças observadas na modernidade destaca-se uma intensa mobilidade, um cruzar de fronteiras amplamente difundido no mundo contemporâneo que se deve, entre outros fatores, à ampliação e à eficiência dos meios de transporte facilitando uma locomoção que quase não encontra obstáculos e, também, a uma esmagadora presença dos meios de comunicação que representam um apelo estimulante para a busca de novos lugares, novas experiências. Faz parte dessa intensa mobilidade a questão do imigrante, e esse movimento espacial encontra-se associado/condicionado às possibilidades de trabalho na sociedade de destino.

Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino (Singer, 1975:33).

O impulso do homem em transpor seu território em busca de novos lugares, novas oportunidades é uma prática presente ao longo da trajetória humana, mas na modernidade as formas e condições para esses deslocamentos foram modificadas, diversificadas e ampliadas, inovando-se de forma ininterrupta.

Raffestin (1997) diz que quando a cidade se formou, constituíram-se, conseqüentemente, os limites. Ele mostra que todas as configurações políticas, económicas e sociais vão estabelecer uma territorialidade que, por sua vez, define um conjunto de relações que uma sociedade mantém com ela mesma e também com a exterioridade e a alteridade.

Portanto, uma fronteira marca o limite de um país ou de uma cidade mas estabelece, igualmente, uma ordem moral. Assim, afirma Raffestin (1997), o ultrapassar dessa fronteira supõe um convite ou uma autorização. Mas o estrangeiro, ao ultrapassar essa barreira, que ele nomeia de ‘material’ deverá, também, passar por outras barreiras que ele chama de ‘imateriais’. Seria um limite abstrato, regulado culturalmente por valores, normas que determinariam a natureza da relação que pode assumir nuances que vão da abertura, do acolhimento à rejeição e à hostilidade.

Esse cruzar de fronteiras quando se trata de movimentos migratórios vai, também, colocar desafios para a hospitalidade.

Para Dornelas (2007:3) “na complexa realidade migratória, a questão da hospitalidade e da acolhida se impõe de maneira cada vez mais incisiva sobre o modo como conceber atualmente a democracia”.

A trajetória da imigração envolve os sentimentos de desligamento, da perda da terra de origem que causa um forte sentimento de insegurança gerado pelas expectativas de como será recebido e pela ansiedade diante de novos desafios.

O imigrante vem para ficar e traz sua cultura, seu modo de ser e condições psicológicas particulares em razão de ruturas com suas raízes e, para ser inserido na nova cultura precisa reconstruir os papéis sociais e isso não se faz sem aprender os valores e os códigos que balizam a conduta no novo país.

Mas não podemos esquecer que esse aprendizado se insere num contexto de ruturas, de perdas. Além disso, em muitos casos, as novas experiências e as necessárias adaptações precisam contornar hábitos, costumes que muitas vezes entram em choque, em desacordo com as tradições dos países de origem.

Assim, o impacto da chegada a um país estrangeiro torna-se crucial para as pessoas que se acham deslocadas do seu espaço social, privadas de uma classificação social – nem cidadão, nem estrangeiro, o imigrante encontra-se na fronteira entre as duas sociedades num processo que Sayad (1998) chama de desenraizamento.

Ecléa Bosi (1987:16) também ressalta a situação de perda do imigrante apontando o fato que perde sua paisagem e suas múltiplas raízes se partem. Por essa razão ela acha justo pensar a questão da imigração em termos de desenraizamento para mergulhar numa nova cultura. Ela reforça a dimensão do desenraizamento na vida dos indivíduos citando Simone Weil (apud BOSI, 1987) que diz que o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. O ser humano, diz ela, “tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural numa coletividade (Well, 1979:317 apud Bosi, 1987:16)”.

Prefaciando o livro de Sayad (1998) sobre a imigração, Bourdieu diz que a supressão das tradições faz dos imigrantes, “pessoas deslocadas”, privadas de um lugar apropriado no espaço social e de um lugar marcado nas classificações sociais. O imigrante, aponta ele, situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não ser social.

Por isso, no estudo das condições sociais da imigração vale lembrar Sayad (1998:15) que afirma que a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e não apenas no espaço físico, mas um espaço qualificado em muitos sentidos – socialmente, economicamente, politicamente. Para ele, o imigrante só existe na

sociedade a partir do momento em que deixa suas fronteiras e entra no território do país acolhedor e nesse dia ele “nasce”.

Nesse processo Ecléa Bosi (1987:16) afirma que o importante “é não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão”.

Essa integração pode ser bem sucedida como nos exemplos que Godbout (1997) aponta nos Estados Unidos – em muitas cidades as pessoas gostam de comer na ‘Pequena Itália’. Em Montreal os montrealenses são orgulhosos de ‘seu’ bairro português. No Brasil também encontramos exemplos felizes de relações que se estabelecem e se reforçam ao longo do tempo, tais como os bairros paulistanos da Liberdade (japoneses) e Bela Vista (italianos) ou no município paulista de Pedrinhas (italianos).

Nesse sentido vale lembrar as considerações de Raffestin (1997) apontando para a importância dos espaços de diálogos entre os antigos e os novos habitantes para criar uma ponte entre as diferentes comunidades estrangeiras e a comunidade nacional. Esses espaços de diálogo, diz ele, poderiam ser de grande utilidade para melhorar a hospitalidade geral criando condições, um clima favorável para vivenciar a diferença em situações propícias aos encontros e opções comuns.

Na condição dos imigrantes, a hospitalidade e o acolhimento, ganham uma forma específica, particular. As políticas de imigração filtram a fronteira material permitindo a entrada do imigrante conforme seus interesses ou compromissos, mas o imigrante, seja legal ou clandestino, para superar as barreiras imateriais impostas pelo *ethos* cultural, poderá sofrer reações que podem variar de fáceis assimilações a fortes discriminações.

Mas o fator preponderante para o imigrante são suas possibilidades de inserção econômica, que, por um lado se beneficiam com o crescimento do trabalho informal mas, por outro lado, desenvolve e favorece as imigrações irregulares que propiciam situações de submissão a condições degradantes de trabalho, por parte dos empregadores, com jornadas exaustivas em locais que oferecem riscos à saúde e à segurança.

Os movimentos migratórios da cidade de São Paulo caracterizam-se pela diversidade de etnias. Tanto os migrantes quanto os imigrantes enfrentam, de maneira diferenciada, a precariedade das condições de trabalho, muitos são submetidos a excessos de trabalho, moradias precárias, longas jornadas de trabalho e baixa remuneração.

Hospitalidade e acolhimento

Modernidade, pós modernidade – termos que tentam identificar as complexas características das relações sociais, políticas e económicas da atualidade.

Toda voracidade das relações económicas, o vertiginoso avanço das técnicas e o amplo progresso das Ciências Sociais supostos na noção de modernidade levam as sociedades a um extremo dinamismo que, pela amplitude de atividades que se entrelaçam, desafiam essa área de conhecimento.

Giddens (1991, p.14) afirma que a modernidade nos desvencilhou, de forma sem precedente, de todos os tipos tradicionais de ordem social. “Tanto em sua extensão quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças característicos dos períodos precedentes”. Ele chama a atenção para o impacto dessas mudanças que, pela sua amplitude e pelo pequeno período histórico, limitam as tentativas de interpretação pois “conforme diferentes áreas do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda superfície da terra”.

Como re-propor a atitude de hospitalidade no interior da sociedade multicultural, em que a percepção do território, da estabilidade social, do cotidiano, das referências culturais e étnicas, mudam constantemente? Em que termos deve-se colocar a hospitalidade enquanto fundamento das relações humanas e contato pessoal. A dialética entre hospitalidade e hostilidade deixa de ter lugar no atual paradigma civilizatório da globalização? (Dornelas, 2007:14). Enfim, dadas as atuais características do Brasil, ao mesmo tempo, como um país de emigração e de imigração, sobretudo de imigrantes latino-americanos e africanos, como se dá na atualidade, o acolhimento e a recepção a esses imigrantes, cujo perfil reforça o caráter multicultural da sociedade brasileira?

“Um dos problemas que o atual fenómeno da globalização vem propondo, é o dos novos sentidos de território, sua conceção e seu uso na sociedade contemporânea”. (Dornelas, 2007:15). Aponta ainda, a perda das referencias territoriais bem como:

[...] perda de poder político e econômico dos estados e de outras instituições tradicionais, assim como formas de regulação social, a flexibilização das relações de produção e de trabalho, a crescente importância das migrações etc., tudo tende a concorrer para um mundo mais instável, em que a rapidez das mudanças faz com que a referência

exclusiva a um determinado território seja cada vez mais frágil. (Dornelas, 2007:15).

Assim, como já foi dito, a questão da hospitalidade tem uma relação estreita com a questão do ultrapassar das fronteiras, não apenas territoriais, mas de toda ordem, no processo de adaptação (que supõe a acolhida) do imigrante à sociedade recetora.

Raffestin (1997) destaca que quando a cidade se formou, formaram-se conseqüentemente, os limites. Ele mostra que todas as configurações, políticas, económicas e sociais, vão estabelecer uma territorialidade que, por sua vez, define um conjunto de relações que uma sociedade mantém com ela mesma e também com a exterioridade e a alteridade.

Ainda segundo Raffestin (1997), a passagem da exterioridade para a interioridade supõe um convite autorizado e/ou controlado. Assim, os grupos humanos, mesmo os chamados “primitivos”, codificam e ritualizam o recebimento de estranhos ao grupo. Mas Raffestin lembra ainda que esse ato preliminar a toda construção das cidades não é um ato somente material mas é, também, imaterial na medida em que é igualmente uma regra moral. Diz ele que todo limite é intencional e voluntário, jamais arbitrário (Raffestin, 1997).

Assim, a relação de troca que se estabelece entre os dois protagonistas da hospitalidade, um que recebe, outro que adentra o espaço ou o território do outro, não se dá pela força, mas é desenvolvida na forma do estabelecimento de obrigações de parte a parte.

Histórico da Pastoral do Imigrante – A Congregação dos Missionários de São Carlos

Dentre as intervenções efetivas no campo da assistência à emigração italiana no Brasil, destaca-se a obra do Monsenhor Giovanni Baptista Scalabrini, que enviou os primeiros missionários ao Brasil em 1888, ano que coincide com a Abolição da escravidão. Seu programa não se caracteriza apenas pela evangelização, mas por ser um programa social e de tutela. Antes dessa missão, outros sacerdotes haviam operado individualmente por períodos de tempo variáveis na assistência ao imigrante, mas é sabido que havia grande dificuldade de penetração nas fazendas de café por proibição

dos proprietários (Alvim, 1986). Assim, costuma-se diferenciar a atuação da assistência religiosa nas regiões centro-meridionais do Brasil (São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia), da atuação nas zonas de colonização nos estados meridionais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A colonização agrícola nesses estados tornou possível uma sistemática presença do clero entre os imigrantes, nas zonas de novo povoamento caracterizado por uma maior estabilidade da população, em contraposição ao sistema das fazendas ou atividades urbanas onde a assistência religiosa se torna mais problemática e ocasional (Beozzo, 1987). Os italianos abandonavam quando podiam, o sistema das fazendas que entendiam como inadequado às suas expectativas econômicas, mas sobretudo com relação às condições de vida (Rosoli, 1982:227).

Apresentando-se como um país oficialmente católico no período da “grande imigração” ou imigração de massas, que vai das décadas finais do século XIX às primeiras décadas do século XX, o Brasil atualmente se classifica como um país de maioria católica, embora a multiplicidade de religiões e seitas seja marcante na atualidade.

A bibliografia sobre a imigração estrangeira para o Brasil é bastante extensa, especialmente os estudos sobre os fluxos dirigidos à agricultura, e grande parte focada na imigração italiana para as fazendas de café do Estado de São Paulo. Há contudo, importantes estudos que enfatizam o papel da Igreja dentro do processo imigratório (Rosoli, 1982; Beozzo, 1987; Souza, 1999; etc.). Além disso, a vertente urbana dos estudos sobre a imigração mais recentemente é que começaram a privilegiar a presença dos imigrantes e sua experiência na cidade (Fausto, 1991).

O ano de 1886 é um marco para a chamada imigração dirigida para o Brasil e especialmente para São Paulo; a imigração italiana representará 60% do total do movimento imigratório entre 1886 a 1903. Nesse período o total de imigrantes entrados no estado é de 1.654.830. Somente entre 1887 a 1900 ingressaram em São Paulo, 564.800 italianos, período áureo da imigração italiana. (Lévy, 1984).

A população estrangeira no estado de São Paulo em 1920, era de 829.851, para uma população total de 4.592.188, ou seja, 18,07 % da população total. Em 1980, o número de estrangeiros residentes era de 912.842, para uma população de 117.900.142 habitantes, ou seja, menos de 1% em relação à população total. Em 1980, no entanto, o número de sacerdotes estrangeiros trabalhando na Igreja Católica, era 50 vezes superior ao de estrangeiros na população e entre eles, os que são originários da Itália os mais

numerosos. Para um total de 53.379 religiosos (entre bispos, sacerdotes, Irmãos e Irmãs), em 1982, havia 3.094 (5,8%) de italianos e 486 (0,9%), de portugueses, sendo a maioria, 82% composta por brasileiros (Beozzo, 1987:34,35). Beozzo (1987:36) aponta a proporção de italianos entre o pessoal religioso estrangeiro no Brasil no mesmo ano: 3094 (32,5%) sendo 67,5% originários de outros países.

O caso de São Paulo e a Pastoral do Migrante

A colônia italiana em São Paulo, no início do século XX, era a maior do Brasil, em torno de meio milhão de italianos e colocava problemas sérios de falta de assistência no interior do estado.

O Padre Marchetti, fundador do Orfanato Cristóvão Colombo, em 1895, pode ser considerado no brevíssimo período de sua vida, (morre com 27 anos, com tifo contraído no trabalho de assistência aos italianos), o promotor da assistência social e religiosa aos italianos. Desenvolve, juntamente com outros missionários scalabrinianos, uma ação num raio bastante grande em extensão, no estado de São Paulo, nas 2.500 fazendas dispersas pelo interior (Rosoli, 1982: 229).

O objetivo era atender, acompanhar e cuidar dos imigrantes em três momentos: na origem, no trânsito e no destino, frente aos inúmeros problemas que acompanhavam essa trajetória e sobretudo, para defendê-los dos agenciadores de mão-de-obra presentes já na Europa, fundou-se a Congregação dos Missionários de São Carlos (1897).

Scalabrini na verdade, visitou os EUA em 1901, o Brasil e a Argentina em 1904, mas deve-se, sobretudo, ao padre Marchetti, o início do trabalho pastoral. A primeira sede da Pastoral localizava-se no bairro paulistano do Ipiranga (1895), mas logo estendeu-se por várias paróquias na cidade e no interior, onde eram atendidos imigrantes de todas as nacionalidades. No entanto, em 1940 a Igreja transforma a Capela Nossa Senhora da Paz, no Centro de São Paulo, em Paróquia e transfere a imagem de Nossa Senhora da Paz para uma Igreja provisória na Baixada do Glicério, até sua inauguração em 30 de agosto de 1942. Com essa inauguração, inicia-se também o Centro de Atendimento e Assistência aos italianos na cidade de São Paulo. A Igreja situava-se nas proximidades dos bairros do Brás e da Móoca, tradicionais recetores de italianos, e do bairro da Liberdade, onde se localizavam os imigrantes orientais, considerada obra prima de arquitetura, de autoria do arquiteto Pettini, esculturas de Emmendabile e afrescos de

Penacchi, ficou conhecida como Casa Nossa Senhora da Paz (Del Picchia apud Geremia, 2007:25-26).

A retomada da imigração italiana para São Paulo depois da Segunda Guerra Mundial, aumentou a demanda por assistência aos imigrantes. A descrição feita pelo padre Mario Geremia (2007:26), das funções que a partir de então a Pastoral assumiu frente aos imigrantes, sintetiza o acolhimento e a hospitalidade: “A Igreja da Paz transformou-se num verdadeiro centro de encontro, de celebrações e de festa, de formação e de assistência para os italianos recém-chegados, fugindo da violência e da pobreza do pós-guerra”.

Na década de 60 constituiu-se o Centro de Estudos Migratórios (CEM)⁸, que passou a representar a vertente de pesquisa mais aprofundada da Pastoral e que foi criada por estudantes de Teologia do Seminário João XXIII.

No início essa Associação acolheu vietnamitas e coreanos e em seguida passou a acolher migrantes internos de todas as regiões do país. Dentro mesmo da Casa do Migrante, nasceu em 1969 o Centro Pastoral do Migrante. Essa Pastoral tinha como objetivo principal acolher, acompanhar e assistir os migrantes de língua hispânica que chegavam, em virtude das fugas das ditaduras dos anos 1960, 70 e 80 na América Latina (Geremia, 2007:26). Na atualidade diz o Padre na sua entrevista,

[...] a Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz se transformou no centro do mundo, como uma casa dos sem casa ou a Pátria dos que estão distantes da própria Pátria, porque entendemos que para o migrante a pátria é a terra que lhe dá o pão, o trabalho, a acolhida (Geremia, 2007:26).

Atualmente a Casa do Migrante acolhe migrantes (65%) e imigrantes (35%), sobretudo latino-americanos (80% bolivianos, 15% paraguaios, uruguaios e peruanos) e africanos, esses últimos na condição de refugiados. Desacompanhados (92%), sendo que a maioria é composta por homens (89%), ali acolhidos pela primeira vez (89%):

14% apresentam curso superior completo ou incompleto, 28% com 2º grau completo ou incompleto, 43% com 1º grau completo ou incompleto; 38% com idade entre 31-44 anos, 36% entre 18 e 30 anos e 18% entre 45 e 59 anos (CEM, 2010).

⁸ Criado em 1969 o Centro de Estudos Migratórios integra a Federação dos Centros de Estudos Migratórios João Batista Scalabrini, que reúne os demais Centros de Estudos da Congregação (Nova York, Paris, Roma, Buenos Aires e Manila).

Ao que se refere aos refugiados, permanecem por mais tempo na Casa em virtude das dificuldades que enfrentam para se estabelecer em São Paulo. “Quanto ao tempo de permanência dos usuários, aproximadamente 15% permanecem entre 1-5 dias, 10% entre 6-15 dias, 21% entre 16-30 dias, 19% entre 31-60 dias, 13% entre 61-90 dias, 14% entre 91-180 dias e 8% mais que 180 dias” (CEM, 2010).

Nos anos 1970 a casa acolhia famílias compostas por casais jovens com suas crianças, mas transcorridas duas décadas houve a alteração do perfil do imigrante: homens desacompanhados, em busca de trabalho.

No Terminal Rodoviário do Tietê a Casa do Migrante, em parceria com a empresa que administra o Terminal (SOCICAM), mantém um Serviço de Assistência Social cujo objetivo é acolher, orientar e encaminhar à sede da Casa do Migrante ou a outros recursos de apoio social presentes na cidade de São Paulo. Ali realiza cerca de 700 atendimentos ao mês.

Há um número expressivo de funcionários voluntários entre as pessoas que fazem o atendimento, triagem, encaminhamento e ajuda judiciária, entre os quais uma advogada que presta serviços aos “ilegais”, duas vezes por semana.

Do ponto de vista da convivência multicultural e religiosa, a Igreja acolhe católicos, protestantes, evangélicos, muçulmanos etc. É curioso observar os altares laterais da Igreja Nossa Senhora da Paz, onde se encontram Virgens de todas as nacionalidades latino-americanas. A missa dos domingos é assistida por todos, não há discriminação por parte da Igreja. Os sacerdotes e funcionários entendem que faz parte dessa convivência, a maior facilidade de adaptação.

Considerações finais

Ao serem recebidos na Casa do Migrante os imigrantes ocupam um lugar indefinido, pois ainda não foram integrados pelo sistema de redes organizados pelos núcleos de imigrantes já estabelecidos. Ponto de apoio e de acolhimento muitas vezes vital para o novo imigrante, atenua-se o impacto da chegada ao país estrangeiro por meio desse trabalho desenvolvido pela Pastoral, fundamentado em um programa amplo de hospitalidade, pois além do acolhimento desenvolvem um serviço de regularização de documentos e de encaminhamento ao mercado de trabalho para as pessoas que se encontram deslocadas do seu espaço social.

Esse espaço de convivência múltiplo, pois da triagem são encaminhados à Pastoral e à Casa do Migrante, à Igreja, representa um espaço de hospitalidade, como dissemos, na medida em que as redes ainda não estão constituídas para o apoio dos conterrâneos. Um caso emblemático é dos bolivianos que frequentam assiduamente as missas dominicais, apesar de teoricamente, já se encontrarem organizados em redes de apoio. Chegados a partir da década de 60, representam um grupo cuja trajetória passou por todas as etapas migratórias no mercado de trabalho, chegando a São Paulo como mão-de-obra barata e escravizada para a indústria de confecções dos coreanos. Hoje os bolivianos já detêm boa parte dos negócios dessa indústria. Dispõem de espaços próprios de sociabilidade hoje, mas a Pastoral e a Casa do Migrante foram suas referências iniciais.

Referências bibliográficas

- Alvim, Z. (1986). *Brava gente! Os italianos em São Paulo 180-1920*. São Paulo: Brasiliense.
- Baganha, M.; Góis, P. (1999). Migrações *Revista Crítica de Ciências Sociais* internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? n. 52/53, nov. 1998/fev. 1999, p. 229-280.
- Baptista, I. (2009). Hospitalidade e eleição intersubjectiva: sobre o espírito que guarda os lugares. *Revista Hospitalidade*, Ano V, n. 2, dez, p. 5-14.
- Beozzo, J. Pe. (1987). O clero italiano no Brasil. In: De Boni, L. (Org). (1987). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST (Escola Superior de Teologia e Fondazione Giovanni Agnelli).
- Bosi, E. (1987). Cultura e desenraizamento. In: Bosi, A. *Cultura brasileira*. Temas e situações. São Paulo, Ática.
- Caillé, A. (2002). Dádiva e associação. In: Martins, P. (org.) *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis, Vozes.
- Caillé, A. (2006). O dom entre interesse e desinteressamento. In: Martins, P.; Campos, R. (org.) *Polifonia do dom*. Recife: Ed Universitária da UFPE.
- Caillé, A. (2004). A sociedade mundial no horizonte. In: Martins, P.; Nunes, B. (org.) *A nova ordem social – perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília, Paralelo 15.

- Cardoso, R. (1997). Fortalecimento da sociedade civil. In: *Terceiro Setor – Desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CEM – Centro de Estudos Migratórios, 2010. Disponível em <<http://www.cemsp.com.br>>
- Dornelas, S. (2007). Questões Teológico-Pastorais sobre a Hospitalidade aos Migrantes. *Revista Travessia, Ano XX, no. 57*, janeiro-abril .
- Geremia, M. Pe. (2007). 30 anos da Pastoral do migrante na missão scalabriniana N. Sra. da Paz, São Paulo. CEM, Além fronteiras. Órgão informativo do Centro Pastoral do Migrante. São Paulo: CPM.
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo; UNESP.
- Godbout, J. (1997). *Recevoir c'est donner*. L'Hospitalité – *Communications 65*. Paris, Seuil.
- Godbout, J. (2002). Homo donator versus homo oeconomicus. In: Martins, P. (org.) *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis, Vozes.
- Gotman, A. (1997). La question de l'hospitalité aujourd'hui. L'Hospitalité – *Communications 65*. Paris, Seuil.
- Gotman, A. (2008). O turismo e a encenação da hospitalidade. In: Bueno, M. ; Camargo, L. *Cultura e consumo*. Estilos de vida na contemporaneidade. São Paulo, Senac.
- IPHAN. *Inventário de referências culturais do Bom Retiro*. São Paulo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura, 2009.
- Levy, M. (1974). O papel da migração internacional na evolução da população brasileira- 1872-1972. *Revista de Saúde pública* no 8. São Paulo.
- Raffestin, C. (1997). Réinventer l'hospitalité. L'Hospitalité – *Communications 65*. Paris, Seuil.
- Rocha-Trindade, M. (1976). Comunidades migrantes em situação dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os E.U.A., para o Brasil e para França; *Análise Social*, v. XII (48), p. 983-997.

Rosoli, G. (1982). Chiesa Ed emigrati italiane in Brasile. 1880-1940. *Studi Emigrazione*, 19, 66.

Sayad, A. (1998). *A imigração*. São Paulo: Edusp.

Singer, P. (1975). *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense.